

Reflexões sobre o processo de mediação e a transformação de identidades em assentamentos rurais

Marcelo Leles Romarco Oliveira*

Resumo:

Este ensaio procura trazer algumas reflexões sobre a ação dos mediadores na formação dos assentamentos rurais e na contribuição destes para a constituição de identidade dos assentados. Não resta dúvida que no processo de luta por terra existam diferenciações de valores culturais, de objetivos e um emaranhado tipo de redes de relações que se constituem antes e durante a formação do assentamento. Nesse sentido, parece-nos um bom encaminhamento para a reflexão argumentar que os mediadores envolvidos no processo de luta por terra acabam desempenhando um papel fundamental, tanto na constituição dos assentamentos rurais quanto na definição de suas formas de organização social e econômica o que acaba contribuindo para a transformação e o fortalecimento da consciência de uma identidade coletiva, ou uma identidade de grupo.

Palavras-chave: Entorno do Distrito Federal, ocupações de terra, Padre Bernardo e Goiás.

Abstract:

This essay attempts to give some reflections on the action of mediators on the training of rural settlements and their contribution to the formation of identity of the settlers. There is no doubt that in the struggle for land there are differences in cultural values, goals and such a tangle of networks of relationships that form before and during the formation of the settlement. In this sense, it seems a good referral for reflection argue that the mediators involved in ground combat just playing a key role in both the constitution of rural settlements and in the definition of their forms of social and economic organization which ultimately contributes for the transformation and strengthening the consciousness of a collective identity or group identity.

Key words: surrounding the Federal District, land occupation, Padre Bernardo e Goiás.



* **MARCELO LELES ROMARCO OLIVEIRA** é Doutor em Ciências, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), professor de Extensão Rural do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa.

Introdução

O presente trabalho é resultado da experiência em estudos na região do Entorno de Brasília, especificamente no município de Padre Bernardo-GO nos assentamentos Vereda I e Vereda II, região Pé de Serra. O município em questão, em 1998, foi palco de várias ocupações de terras, organizadas, principalmente, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e sindicatos de trabalhadores rurais da região. Esses atores sociais que faziam parte do movimento de ocupação de terras vieram de diversas regiões do Entorno de Brasília como: Luziânia, Trajanópolis, Parque da Barragem, Taboquinha, Cristalina e principalmente das cidades satélites de Brasília. Em sua maioria era formada por trabalhadores que tinham migrado, sobretudo do nordeste para Brasília entre as décadas de 1970 a 1990 do século passado.

De acordo com os entrevistados a grande maioria ficou sabendo do acampamento na região pelo intenso trabalho de base feito nas cidades satélites pelos membros do MST, principalmente nas periferias, através da divulgação em rádios convocando as pessoas para participarem das ocupações de terras na região.

A maioria das pessoas que iniciaram o movimento de ocupação era formada por famílias excedentes



de ocupações anteriores e, principalmente de pessoas desempregadas das cidades satélites de Brasília, que tinham uma trajetória: campo-cidade-assentamento. É importante destacar que grande parte desses

trabalhadores depois de anos ou até décadas morando na cidade, descobrem que o sonho da cidade acaba não acontecendo. Assim, resolvem buscar por meio da organização de movimentos populares, condições mínimas de cidadania e, dessa forma, muitos ingressam na luta pela terra. Essa percepção acaba favorecendo a construção de uma identidade em comum, uma identidade de suma importância para a busca dos seus valores e sonhos.

Nesse sentido, os mediadores têm um papel importante para o grupo, pois como destaca Novaes (1997), o mediador pode contribuir incorporando novos elementos ao grupo, além de ser um canal apropriado entre o grupo e o mundo externo, trazendo, por exemplo: a luz à possibilidade de reconhecimento político do grupo; a contribuição na organização do grupo; dentre outros. Seguindo esse raciocínio podemos destacar que os mediadores têm um papel importante em todo o processo de organização do movimento, antes e depois do assentamento.

Entretanto, essa relação que se estabelece na luta pela terra é

complexa e envolve um número considerável de grupos mediadores, com propostas e objetivos distintos tais como: lideranças do MST; agentes do Estado, representados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e EMATER; Sindicatos de Trabalhadores Rurais; Universidades (GT de reforma agrária da UnB); partidos políticos; entre outros. Assim, o objetivo desse trabalho é trazer algumas reflexões sobre a ação dos mediadores na formação dos assentamentos rurais e na contribuição destes para a constituição de identidade dos assentados.

Algumas considerações sobre mediações

Diversos autores como Neves (1997); (Novaes (1994), destacam a importância da atuação dos mediadores no processo de implementação dos assentamentos rurais. Essas autoras identificam nessa atuação o estabelecimento dos instrumentos materiais e canais de informação e formação que irão possibilitar a organização dos trabalhadores em torno de um interesse comum, no caso da Reforma Agrária, o acesso a terra e a possibilidade de permanência nela.

Segundo Neves (1997), o termo mediação pode ser referido à intervenção de mediadores, que buscam conciliar impasse entre os trabalhadores e o mundo exterior ao assentamento, estabelecendo acordos ou compromissos. O exercício e ação da mediação da luta pela terra pode ocorrer num contexto em que, normalmente, a contestação da ordem vigente se

faz necessária e as noções de direito e de cidadania devem ainda passar por um processo de internalização nos grupos antes mantidos em situações marginais ou excludentes. Isto também ocorre, por exemplo, em relação à definição de estratégias econômicas nos assentamentos, sobretudo no que tange a questões de análise de mercados e das oportunidades de inserção nestes.

Já para Novaes (1994), a discussão do conceito de mediação no campo brasileiro, surge a partir dos anos 70 e passa ser usado nos trabalhos acadêmicos, sobretudo daqueles que estudam os assentamentos rurais. Seguindo essa linha de raciocínio a mesma autora classifica esses mediadores em três tipos principais, que se fazem presentes no cotidiano desses assentamentos, a saber: mediadores externos, mediadores de cima e mediadores de dentro. A autora chama atenção ainda, para o perigo da banalização do termo, a partir da não-percepção de suas formas externas e internas de articulação nas organizações e nos movimentos sociais, pelo não-reconhecimento do limite estreito que separa esse conceito da noção de representação, e pelo fato de que a mediação, também, se dá a partir das oposições aos movimentos dos trabalhadores.

É importante ressaltar que no processo de mediação na luta pela terra e na constituição de um assentamento rural existe uma diversidade de atores tais como: Movimentos Sociais (Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, Movimento dos Atingidos por barragem, entre outros); Estado; sindicatos de trabalhadores rurais;

associações; instituições religiosas; organizações não-governamentais; universidades, etc. que apresentam formas e propostas distintas de atuação, operando um complexo jogo o que pode levar a um campo de disputa entre tais mediadores.

Para Neves (1997), o mediador pode ter um papel salvador ou emancipador, através da transmissão de outras visões de mundo e da incorporação de outros saberes ao grupo. Desta forma, o mediador contribui para as condições necessárias para o surgimento da ação coletiva e da construção de uma identidade coletiva.

Entretanto, a mesma autora chama atenção para a necessidade de reconhecer que a participação do mediador na transformação de outra identidade social, pode levar a uma outra forma de dominação social que levaria a desqualificação dos saberes ou da visão de mundo dos mediados.

Ainda segundo a autora, a emergência e a explicitação de um mediador privilegiado poderá acontecer de forma circunstancial, em razão dos elementos específicos que envolvem a sua constituição interna e também da sua capacidade de construir e processar demandas e relações num contexto em que as condições externas e conjunturais são transitórias e, quase sempre, adversas. “O exercício da mediação pode também ser compreendido a partir do conjunto de idéias, valores e modos de comportamento transmitidos como formas de incorporação de saberes propiciadores da construção de

novas posições e identidades do ator social”. (NEVES, 1997, p. 281).

É necessário destacar a importância da atuação dos mediadores tanto na constituição dos assentamentos rurais, quanto na definição de suas formas de organização social e econômica. Segundo Novaes (1997), o simples fato de existir um agente externo ao grupo pode determinar certas situações e ser um canal apropriado de quebra de isolamento.

Levando em conta essas colocações podemos refletir que os mediadores têm um papel fundamental, pois reforçam a identificação dos participantes no campo de lutas, marcado por diversas relações de poder além de contribuir para a transformação de uma identidade de grupo ou até mesmo o favorecimento de elementos e símbolos que favorecem a transformação das identidades do grupo. É importante ressaltar que as identidades contemporâneas não são mais fixas ou permanentes elas sempre estão em transformações. “A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (HALL, 2000, p. 13).

Para Elias (1994), conceito de identidade estaria relacionado com um processo contínuo de desenvolvimento que leva a condição de identidade do indivíduo. Ainda segundo o autor, não existe sociedade sem indivíduo ou indivíduo sem sociedade. Essas reflexões da auto-imagem do indivíduo no qual as identidades não são mais fixas ou permanentes e que permitem a transformação contínua em relação às formas pelas quais somos representados,

têm levado as identidades a uma fragmentação geral. Até mesmo dentro de um só indivíduo há várias identidades. Não existe mais o compromisso da identidade com a estrutura.

Nesse contexto, onde ocorre a fragmentação dessas identidades Bourdieu (1989) chama atenção para a importância do *habitus*, como um dos responsáveis pela mediação entre relações objetivas e comportamentos individuais. São através do *habitus* que o indivíduo interioriza as condições objetivas e que se tornam possíveis e aceitas socialmente as práticas individuais. Assim, a organização social não deixou de ser estrutural, a estrutura social está passando por uma modificação que podem levar a uma centralização cada vez maior das decisões, portanto, algo deste processo subsiste nas representações e no jogo das identificações.

Castells (1999) em seu livro O poder da identidade, levanta uma questão que acreditamos ser importante de ser destacada, na discussão das identidades contemporâneas. Para ele a construção social da identidade, sempre ocorre em contexto marcado por relações de poder. Existindo três formas e origem para a construção dessas identidades. A primeira, a identidade **legitimadora**: que são introduzidas pelas instituições dominantes da sociedade com o intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais.

A segunda, **identidade de resistência**: criada por atores que se encontram em posições construindo, com base em

princípios diferentes das instituições da sociedade. E por último, **identidade de projetos**: quando os atores sociais utilizam qualquer tipo de material cultural, para construir uma nova identidade com capacidade de redefinir sua posição na sociedade. Assim, cada tipo de processo de construção de identidade leva a um resultado distinto. Portanto, essas novas identidades são de grupos e de indivíduos em transição.

Já Santos (2000) em suas análises sobre as relações sociais contemporâneas, chama atenção para o espaço que as identidades de resistência ou de projetos vêm ganhando no mundo globalizado, através de propostas que defendem o direito à diferença, a legitimidade de modos de vida, dentre outros. Nesse mesmo trabalho Santos (2000) frisa bem o papel que os movimentos sociais têm nesse espaço.

Assim, podemos afirmar que os mediadores porta vozes desses movimentos sociais como os que lutam por Reforma Agrária, pelo meio ambiente ou por direitos humanos dentre outros, ocupam um papel de destaque na transformação dessas identidades.

No caso da luta pela terra na maioria das vezes se objetiva na forma de ação coletiva a partir da vivência de experiências comuns, fornecendo elementos que contribuam para a construção de novas identidades. Portanto, a construção dessas novas identidades acontece num espaço coletivo de reflexões, organizações e mobilizações, além de favorecer a descoberta de que caminhar junto pode ser mais eficaz ou

recompensador, do que sozinho ou isolado.

Os mediadores e a ocupação de terras na região

Na região do Entorno de Brasília, a luta pela terra é marcada, principalmente, por causa da sua localização estratégica, da estrutura fundiária que beneficia os grandes especuladores de terras e a da monocultura modernizada, associada à pecuária melhorada, que beneficiam as grandes propriedades. Essa intensificação nas regiões do Entorno do Distrito Federal, principalmente os municípios de Cristalina e Padre Bernardo, que têm uma agricultura centrada na monocultura, têm causado sérios danos ao meio ambiente, pelo uso excessivo de agrotóxico, pelo manejo inadequado e pela utilização de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, forçando o deslocamento da população rural para as áreas urbanas do Entorno. (AGUIAR, ET ALL, 1994)

Paralelo a essa questão fundiária da região, o Distrito Federal passou grande parte da década de 1990, com taxas muito elevadas de desemprego, tendo como destaque o ano de 1998. Esses fatores motivaram o MST a promover ocupações de fazendas no município de Padre Bernardo. Assim sendo, a primeira fazenda a ser ocupada foi à fazenda Boa Vista. A estratégia adotada foi dividir as famílias em dois grupos. Um dos grupos se deslocou de um posto fiscal, localizado na estrada que liga Brasília a Padre Bernardo e o outro saiu da região da Taboquinha, na estrada de Padre Bernardo - Cocalzinho. O grupo que saiu do

posto fiscal foi o primeiro a chegar à fazenda Boa Vista.

Os acampados ficaram na ponte do rio Quente até meados de outubro de 1998, quando então resolveram deslocar o acampamento para mais perto da fazenda Boa Vista, local a que deram o nome de Capão Bonito. Chegaram a construir cerca de 800 barracos e ficaram até o início de fevereiro de 1999. De acordo com os entrevistados no período de pico chegou a ter algo entorno de 1000 famílias que vinham tentar uma chácara¹. Essa fase do acampamento passou a representar um espaço de experiência política, culturais e de resistência de natureza transitória. Entretanto, segundo Marques (2000) essa duração pode ser indeterminada, em que se vive na expectativa de ser assentado na área reivindicada. Esse período de incertezas segundo os entrevistados foi um dos mais difíceis, na conquista da chácara.

De acordo com os entrevistados, a rotina no acampamento se dividia entre reuniões e trabalhos coletivos como plantar, cozinhar, tirar guarda e, nos finais de semana aconteciam os movimentos, bingos ou festas, cujo objetivo era arrecadar dinheiro para a manutenção do acampamento e para a integração do grupo de acampados. Segundo os entrevistados nos finais de semana eram os melhores momentos para esses movimentos

¹ Segundo os assentados, chácara é uma parcela de terra maior que um lote e menor que uma fazenda, onde cada família ocupa a extensão total de 20 hectares no assentamento Vereda I e de 13 hectares no assentamento Vereda II, incluindo a moradia e a área de terra que se dispõe para o plantio.

ou festas. Nesse momento novas formas de organização passam a surgir que acabam contribuindo para a construção e o fortalecimento de uma consciência de uma identidade coletiva, ou uma identidade de grupo, somando desta maneira um novo elemento na luta pela terra.

Para Neves (1997), nesse novo espaço novos personagens, novos valores e diferentes maneiras de agir passam a fazer parte do cotidiano de um grupo e ao mesmo tempo passa a influenciar a organização social do mesmo.

De acordo com os assentados entrevistados nessa época já eram um costume entre os acampados a realização de reuniões e muitos deles já se apresentavam como líderes potenciais, que já não tinham mais medo de falar em público, organizar as reuniões (inclusive pauta) ou mesmo negociar com o INCRA. “Agora a gente sabe organizar uma reunião, sabe que precisamos ter livro de ata e que tudo que é votado nas reuniões a gente registra (...), isso foi um aprendizado muito bom” (AT, 2006). Comerford (1999) chama atenção para a importância que as reuniões assumem no sentido da construção do universo social desses trabalhadores, possibilitando

Os acampados com essas características passaram a se distinguir do restante do grupo principalmente por suas ações, passando a ter uma participação efetiva no interesse do grupo, os quais para muitos eram vistos como novas lideranças. É possível pensar que esses acampados a partir desse senso prático começaram a adquirir novas condições materiais e

simbólicas enquadrando-se num novo sistema de posições sociais. Entretanto, é importante ressaltar que essas novas lideranças ainda necessitam incorporar os interesses do grupo, além de fazer com que o grupo se reconheça nessas novas lideranças.

Nesse sentido, Bourdieu (1989) chama atenção para a necessidade do exercício da liderança partir da articulação entre a competência social e prática desses líderes e da capacidade do grupo em analisá-las e avaliá-las dando-lhes, assim, maior suporte ou, pelo contrário, rejeitá-las. Essas condições materiais e simbólicas que representam o esquema de percepção e ação de cada indivíduo adquiridas e formadas por um processo de aprendizado formal ou informal ao longo da trajetória de vida que foi definida pelo autor como *habitus*. No caso aqui estamos tratando de um *habitus* político, ou seja, da formação de novos representantes ou “novas lideranças”, que despontam no acampamento em questão. Outra questão importante de ser frisada é que esse aprendizado seja ele formal ou informal pode levar um longo tempo. Assim sendo, a experiência entre mediador e mediados foram fundamentais para a troca e o aprendizado de novos valores, códigos e símbolos que irão orientá-los a se organizarem e a formarem uma nova identidade nesse novo espaço.

Considerações finais

De acordo com que foi observado, algumas questões são importantes de serem ressaltadas nestas considerações: a **primeira** de modo geral, a decisão de fazerem parte

das ocupações de terras na região estudada impõem aos indivíduos a necessidade de mudar o modo de ver os mundos externos e internos. Assim surgem novos valores que vão orientá-los a se organizar e a se resocializar nesse novo ambiente. Portanto, o mediador acaba contribuindo para essas mudanças uma vez que estes favorecem a incorporação de novos valores ao grupo mediado.

A **segunda** em um primeiro momento a presença do MST, como mediador e articulador das reivindicações do grupo, foi fundamental, pois foram as lideranças da entidade que foram as porta-vozes e atuaram na presença política do grupo nas primeiras ocupações, além de trazerem novos elementos que contribuíram para a formação de uma identidade provisória de sem-terra.

E a **terceira** se refere ao rompimento com o MST. Foi possível perceber que as diferenças de visão de mundo foram fundamentais para esse rompimento. “Eles gostavam muito de bagunça [o pessoal do MST] e queriam que a gente fosse criado num regime militar, não vim para cá para isso, chega de humilhação. (Sr. B, 2006)”. Nesse sentido, é possível especular que essa situação se chocou com a visão de mundo do grupo frente aos interesses MST, o que acabou provocando o rompimento do grupo com a entidade.

Assim, as questões relacionadas à vida cotidiana e à privacidade dos assentados, estão na raiz de uma constante tensão entre a dimensão individual e coletiva, além do processo de reprodução social e

econômica nos assentamentos rurais, o que pode favorecer a maiores dificuldades na ação efetiva dos diferentes mediadores do processo.

Levando em conta essa questão Neves (1997) chama atenção, que essas dificuldades aumentam à medida que a heterogeneidade de interesses, que permeia a opção de cada família no momento da consolidação do assentamento, perpassa o interesse aglutinador representado pela terra, no momento da ocupação e do acampamento. As diferentes trajetórias percorridas pelos entrevistados, fruto de suas experiências, das suas identidades e condições econômicas, religiosas, familiares, etc., se apresentam como questões importantes na definição de um modelo formal de organização social e produtiva no assentamento.

Referências

- AGUIAR, Tereza Coni; MAGUAGO, Angélica Alves; BARRUCHO, Roberto de Castro Nóbrega; et al. O entorno do Distrito Federal: no espaço e desordem ambiental. In: **Anais do IX Encontro**, 1994, v.2.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil, S.A, 1989.
- CASTELLS, Manuel **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Vol. II.
- COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a Luta**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar ed. 1994.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: SILVA, Tomaz Tadeu, Louro, Guaraciara Lopes. 4-ed. Rio de Janeiro, 2000.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: SILVA, Tomaz Tadeu, Louro, Guaraciara Lopes. 4-ed. Rio de Janeiro, 2000.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **De sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da Reforma Agrária: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha – GO**. São Paulo: USP, 2000. (Tese - Doutorado em Geografia Humana).

NEVES, Delma Peçanha. **Assentamento rural: reforma agrária em migalhas**. Niterói - Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.

NOVAES, Regina Reyes A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: MEDEIROS, L., BARBOSA, M.V., FRANCO, M.P. et al. (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1994. p. 177-183.

_____. **De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo**. Grapha editora. Rio de Janeiro, 1997, 238p.

SANTOS, Boa ventura. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In: Bela Feldman-Bianco; Graça Capinha. **Identities estudos de cultura e poder**. São Paulo, Hucitec. 2000.